APROVADO
POR UNANIMIDADE
10/05/2019

ATA DIGITAL **N.º 10**
ANO: **2019**

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

Ata da 8ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Conceição de Macabu, Estado do Rio de Janeiro, realizada nesta Casa Legislativa, no dia vinte e oito de março de dois mil e dezenove, às dezessete horas. A reunião ordinária foi aberta pelo Senhor Presidente Marco Antonio Oliveira da Silva (Toninho da Saúde) que determinou a chamada dos vereadores, estando todos presentes, com exceção do vereador José Messias. Em seguida, teve início o **EXPEDIENTE**. O primeiro-secretário efetuou a leitura das seguintes matérias: Indicação n.º 020/2019, da vereadora Nathália Braga ao Chefe do Poder Executivo, objetivando realização de limpeza na praça do bairro Vila São José; Projeto de Lei n.º 013/2019, do vereador Toninho da Saúde, que dispõe sobre alteração do artigo n.º 100, da Lei n.º 566/2002, que disciplina a ocupação de calçadas por mesas e cadeiras de estabelecimentos; Indicação n.º 017/2019, do vereador Barcelos Resina ao Chefe do Poder Executivo, objetivando que seja incluído o cargo de porteiro quando da realização de concurso no município; Ofício n.º 02/2019, do vereador Guta ao deputado Rodrigo Bacellar para que este intervenha a fim de que haja substituição de viaturas da polícia militar; Ofício n.º 02/2019, da vereadora Nathália Braga à empresa Enel, solicitando reparos na rede elétrica na Rua Maria Júlia Gomes Lemos, no bairro Balancé; Ofício n.º 021/2019, do vereador Barcelos Resina ao secretário de segurança pública, solicitando informações quanto à previsão de reparos no semáforo da Rua João Enne, na altura da Praça José Bonifácio Tassara; Ofício n.º 022/2019, do vereador Barcelos Resina ao secretário de obras, agradecendo o atendimento da solicitação de reparos no parquinho da Praça José Bonifácio Tassara; Requerimento n.º 05/2019, do vereador Barcelos Resina ao Chefe do Poder Executivo, objetivando que informe o motivo pelo qual o adicional de insalubridade deixou de ser pago aos servidores ocupantes dos cargos de lavadeira, merendeira, cozinheira, auxiliar de creche e auxiliar de serviços escolares; Ofício n.º 023/2019, do vereador Barcelos Resina ao secretário de serviços públicos, agradecendo pela regularidade na prestação do serviço de coleta de lixo nos bairros da cidade; Projeto de Lei n.º 012/2019, do vereador Guta, que

denomina como Centro de Convivência do Idoso Johnny Jarbas Ribeiro Moraes, o espaço destinado ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; Projeto de Lei n.º 09/2019, do Chefe do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação de nova lei para o Conselho Tutelar dos Diretos da Criança e do Adolescente. Encerrada a leitura do expediente, teve início o **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o vereador Sandro Daumas dirigiu-se ao presidente da Comissão de Obras, o vereador André da Mudança, para que este requeira ao Chefe do Poder Executivo, cópia de inteiro teor do processo licitatório e planilha da obra que está sendo realizada ao lado da Câmara, local onde funcionou a Fundação Leão XIII. Pela ordem, o vereador André Fisioterapeuta disse foi disponibilizada a todos os vereadores, cópia de inteiro teor do Projeto de Lei n.º 09/2019, que dispõe sobre o Conselho Tutelar. Com a palavra, o vereador Valmir Lessa disse que a mobilização dos profissionais que pleiteiam o adicional de insalubridade é muito importante. Teceu algumas considerações sobre as condições de trabalho as quais ficam submetidos esses trabalhadores. Disse que espera providências para resolução da questão. Comentou sobre os problemas verificados em visita que realizou em algumas unidades de ensino da cidade. Disse que espera que os servidores sejam valorizados. Com a palavra, o vereador Guta falou que no ano de dois mil e onze elaborou uma indicação para pagamento do adicional de insalubridade às merendeiras, auxiliares de serviços gerais e cozinheiras da rede municipal. Disse que entre concessões e negativas de concessões do adicional, atualmente o médico do trabalho não verificou os requisitos para a concessão. Disse que está passando a informação na qualidade de líder do governo. Falou que os alunos da Escola Usina Victor Sence seriam alocados num imóvel, no bairro Paraíso. Ressaltou que, posteriormente, a alocação seria para o CIEP. Disse que os alunos da Escola Pau D'alho, por motivo de realização de obra de reforma na escola, serão alocados no imóvel localizado no bairro Paraíso. Falou da paralisação da obra da escola do bairro Calçadinha. Explicou que houve problema com a empresa que estava realizando a obra. Disse que a Creche do Horto estava em situação precária,

sendo necessário retirar os alunos do imóvel. Salientou que o governo municipal adquiriu um imóvel com a finalidade de reformá-lo, dizendo que será uma obra belíssima que será entregue à população de Conceição de Macabu. Com a palavra, o vereador Dr. Fernando teceu algumas considerações sobre a concessão do adicional de insalubridade, dizendo que a Casa Legislativa terá o compromisso de solucionar a questão. Comentou sobre o caso de uma farmácia da cidade que teria recusado o recebimento de um pagamento com cartão de débito por conta de valor irrisório. Falou que esteve no Rio de Janeiro com outros vereadores para discutir assuntos relacionados ao transporte intermunicipal, bem como a situação da Fia e Apae. O Senhor Presidente justificou a ausência do vereador José Messias. Com a palavra, o vereador Barcelos Resina falou que encaminhou o Ofício n.º 05/2019, que encaminhou ao secretário municipal de obras, agradecendo pelos reparos realizados no parquinho da Praça José Bonifácio Tassara. Disse que encaminhou ofício ao secretário municipal de segurança pública solicitando reparo do semáforo. Falou sobre a visita que realizou a quatro unidades escolares da cidade na companhia de alguns vereadores. Asseverou que efetuou pedido de informação a não concessão do adicional de insalubridade aos servidores que vinham percebendo o referido benefício. Efetuou a leitura da resposta encaminhada pelo governo municipal, bem como do laudo do médico do trabalho. Efetuou ainda, a leitura de novo Requerimento de sua autoria indagando os motivos para não haver o pagamento do referido adicional. Finalizou dizendo que recebeu a informação de que o prefeito irá rever a questão da concessão do adicional de insalubridade. Com a palavra, o vereador Toninho da Saúde disse que o assunto relacionado ao adicional de insalubridade tem sido debatido com o prefeito. Falou que o prefeito esta procurando embasamento legal para a concessão do adicional. Disse que os vereadores estão envolvidos para que esse pleito seja atendido. Disse que o Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS) está sendo aprimorado para melhor atender os servidores municipais. Com a palavra, a vereadora Nathália Braga falou de sua visita às unidades escolares, juntamente com alguns

vereadores. Disse que foram verificados alguns detalhes que precisam ser informados ao prefeito. Falou da existência de vários problemas na estrutura física das unidades escolares. Comentou sobre a exposição das merendeiras ao calor excessivo nas cozinhas das unidades de ensino. Destacou o empenho da diretora da Escola Pau D'alho para proporcionar acessibilidade aos alunos. Com a palavra, o vereador Paulo Henrique disse que a empresa Transportadora Macabu permanece negando o transporte gratuito dos alunos da rede estadual de ensino de Conceição de Macabu. Efetuou a leitura do ofício cujo teor determina que os alunos sejam transportados no ônibus intermunicipal da empresa Transportadora Macabu. Disse que conversou, por telefone, com o diretor do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (DETRO/RJ), o qual informou que serão tomadas as providências cabíveis. Teceu servas críticas à empresa Transportadora Macabu. Encerrado o grande expediente, teve início a **ORDEM DO DIA**. Foi lido, posto em discussão e votação o pedido de urgência na tramitação do Projeto de Lei n.º 09/2019, do Chefe do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação de nova lei do Conselho Tutelar, sendo aprovado por unanimidade. E não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a reunião ordinária. E de acordo com o Regimento Interno, a cada sessão desta Câmara, lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo, sucintamente, assuntos a serem submetidos ao Plenário.